

Congresso inclui artigos na LDO que vetam gastos

Dispositivos restringem despesas obrigatórias e incentivos fiscais

BÁRBARA NASCIMENTO

BRASÍLIA- Apesar de ter retirado da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019 os dispositivos que proibiam novos reajustes e contratações, o Congresso Nacional deixou no texto, pelo menos, dois artigos que ajudarão o governo a controlar despesas. Um deles veda a concessão e ampliação de novos incentivos fiscais para empresas. O outro impede que o Congresso aprove projetos que criem despesas obrigatórias, como aumento de salários para o funcionalismo, sem cancelar outros gastos para compensar a nova despesa.

Na prática, esses dois dispositivos podem impedir que avancem projetos que tramitam no Legislativo e que têm previsão de impacto bilionário para as contas do governo. Um exemplo de projeto que não deve avançar com as regras

incluídas na LDO é o que renova até 2073 os incentivos para Sudam e Sudene. Ele já foi aprovado por duas comissões e ainda precisa passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e pelos plenários da Câmara e do Senado.

As duas regiões já são beneficiadas com a redução de Imposto de Renda e a isenção do adicional ao frete para renovação da marinha mercante para empresas consideradas prioritárias. Só em maio de 2018, o programa foi responsável por uma renúncia fiscal de R\$ 517 milhões. Pelo artigo inserido na LDO, ficam proibidas a concessão e a ampliação de incentivos ou benefícios de natureza financeira e tributária, com exceção de prorrogações.

Até mesmo as prorrogações ficam limitadas a cinco anos, desde que o montante da renúncia fiscal seja reduzido em, pelo menos, 10%. Além disso, o artigo determina que a criação seja embasada por um relatório de objetivos, metas e

indicação de órgão responsável pela supervisão. O dispositivo que só permite a criação de despesas obrigatórias se outros gastos forem cancelados para compensar a nova despesa vai impedir que o governo faça novas contratações de funcionários ou aplique reajustes — ambas despesas obrigatórias.

Assim, este dispositivo tornou sem efeito a medida do Congresso de retirar da LDO a proibição de contratações e reajustes.

BENEFÍCIOS EM RISCO

Outro projeto que já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e ainda precisa ser avaliado no Senado cria uma série de benefícios fiscais para o setor de transporte de cargas e tem potencial de gerar uma perda de R\$ 8,6 bilhões neste ano e de R\$ 9 bilhões no próximo. O "jabuti" foi incluído no texto que estabelece um marco regulatório para o setor. Esse benefício também ficaria impedido pelo dispositivo que proíbe isenções.

Empresas temem que ano já esteja perdido

Apesar de analistas financeiros projetarem recuperação pós-caminhoneiros, economia real sinaliza que estrago se prolongue

Flavia Lima, Joana Cunha e Anais Fernandes

De São Paulo- Embora os indicadores ruins divulgados após a paralisação dos caminhoneiros sejam vistos por parte dos economistas como algo menos desastroso do que o esperado, a percepção está longe de ser compartilhada pela chamada economia real.

Donos de restaurantes, atacadistas, varejistas e a indústria reveem suas projeções até o fim do ano, sob o argumento de que parte das perdas registradas após a paralisação é irrecuperável e também levados pelo temor de que os estragos sobre a confiança de empresários e consumidores sejam mais duradouros.

O setor de serviços, que fechou o ciclo de levantamentos que capturam os efeitos dos protestos de caminhoneiros sobre os principais setores da economia, caiu 3,8% em maio em relação a abril, o pior desempenho da série histórica, iniciada em 2011, segundo dados

divulgados na sexta (13).

Antes disso, as vendas no varejo tinham registrado em maio o primeiro resultado mensal negativo do ano: as vendas caíram 0,6% ante abril, resultado mais fraco desde a queda de 0,8% em 2016.

Também em maio, a indústria recuou a patamares de 2003. "O sentimento é de frustração", resume José Velloso, presidente-executivo da Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos).

Velloso conta ainda que, após ter retrocedido a níveis de 2012, o faturamento do setor deve voltar a crescer neste ano — perto de 5%, influenciado pelas exportações.

O setor que historicamente vende para outros países o equivalente a 30% do seu faturamento, neste ano vai exportar 50% do faturamento.

Os comerciantes do bairro paulistano do Bom Retiro, importante polo do atacado de moda onde varejistas de todo o país se abastecem, estão

conservadores. Os estoques já estão menores, em linha com a percepção de que os próximos meses não devem trazer fortes

vendas, segundo Nelson Tranquez, presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas do Bom Retiro.

Além da paralisação dos caminhoneiros, a Copa do Mundo agravou um cenário já preocupante, diz Percival Maricato, presidente da Abrasel-SR associação dos bares e restaurantes de São Paulo.

No varejo, a paralisação dos caminhoneiros frustrou as expectativas de uma retomada das vendas que, na verdade, já vinham perdendo ímpeto no primeiro trimestre.

"Em abril e maio tivemos esperança de que viria um alento, mas veio a greve dos caminhoneiros para acumular mais lentidão na retomada e prejudicar todos os setores, além da Copa, que nunca foi um incentivador do comércio", diz Luís Augusto Hidefonso, presidente da Alshop (de lojista de shoppings).

Se abril e maio decepcionaram, os primeiros dados de junho do comércio varejista causam apreensão.

Nelson Tranquez, presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas do Bom Retiro, diz que as vendas encerraram junho com estabilidade.





"Em junho empatamos, depois de um período de abril a maio com resultados bem inferiores aos do ano passado", diz Tranquez, decepcionado também com o inverno de temperaturas altas que atrapalhou as vendas de roupas de frio. "É difícil saber o que ainda vem por aí."

Levantamento feito pela Serasa mostra que, com exceção de uma alta de quase 10% da venda de combustíveis em junho, outros setores ainda mostram fraqueza. O setor de vestuário e calçados recuou 0,4% e materiais de construção, 4,5%. Nos shoppings, o fluxo de visitantes caiu 3,48% em relação a maio, segundo levantamento da Abrasce, associação do setor.

Para o segundo semestre, as eleições são vistas como um elemento adicional de incerteza. "As eleições vão trazer mais incerteza ao consumo, pela indefinição no quadro, ainda sem expectativa de algum nome que possa retomar a economia com as reformas necessárias", diz Hidefonso, da Alshop.

No segmento de moda, os

consumidores estão apreensivos e deixaram de fazer compras por impulso e o setor deposita esperanças nas últimas datas importantes para o varejo. "Quem sabe no Natal e na Black Friday venham as compras por necessidade", diz Hidefonso.

No caso de restaurantes e bares, as eleições tradicionalmente são vistas como um momento de alta na demanda, mas não neste ano. "Eleição geralmente é favorável porque tem um clima de festa e reuniões, mas na deste ano não sabemos o que esperar porque há tanta insegurança devido à situação em que nos encontramos no país", diz Percival Maricato, presidente da Abrasel-SP, associação dos bares e restaurantes de São Paulo.

Diante do cenário geral, os economistas se dividem: parte deles avalia que as perdas observadas após a paralisação dos caminhoneiros serão recuperadas ao longo do ano, outros acreditam que os estragos serão mais permanentes.

O economista Guilherme Dietze, da Fecomercio-SP, aponta que os

indicadores de confiança tanto do consumidor como do comerciante já vinham em queda, mas a greve dos caminhoneiros foi o estopim para o pessimismo.

Ele descreve um cenário que combina queda do endividamento com o nível mais elevado de inadimplência. "Isso significa que quem tem condições está aproveitando para pagar as dívidas e não assumir mais, e quem está com dívidas em atraso está com dificuldades para resolver. É um sinal claro de freio na economia", afirma Dietze.

Em junho, os seis indicadores de confiança da FGV (Fundação Getúlio Vargas) caíram. O que preocupa analistas é que a piora da confiança antecede a paralisação.

Os indicadores captam o ânimo de indústria, comércio, serviços e construção civil, além de empresários e consumidores. A maior queda foi registrada na confiança dos consumidores: de quase cinco pontos em junho — a maior desde fevereiro de 2015.

Economistas ainda projetam uma retomada

Atividade produtiva e consumo têm condições de engrenar crescimento nos próximos meses, avaliam os analistas

São Paulo- Após a paralisação dos caminhoneiros, evento que praticamente retirou do calendário dez dias úteis de 2018, os economistas se dividem quando à duração de seus efeitos.

Embora a revisão para baixo das estimativas para o PIB (Produto Interno Bruto) tenha sido generalizada, alguns analistas avaliam que as perdas devem ser recuperadas nos meses seguintes à paralisação, outros estão se mostram mais céticos.

"Maio de fato apareceu como uma bomba na atividade do trimestre, afetando expectativas, especialmente das empresas, que postergam investimentos quando acontece tal tipo de evento", diz Sergio Vale, economista-chefe da consultoria MB Associados.

Apesar disso, Vale mantém a expectativa de alta de 1,9% para o PIB deste ano, pois avalia que junho e julho parecem apresentar números que voltam à normalidade.

"Os dados diários que

acompanhamos de julho parecem mostrar um crescimento menor do que vínhamos tendo antes, mas ainda assim um crescimento", diz ele, que vê outros elementos potencialmente positivos para a atividade econômica, como a devolução do recursos do PIS/Pasep e das perdas dos planos econômicos, assim como foi o FGTS (Rindo de Garantia do Tempo de Serviço) no ano passado.

"Isso deve dar em torno de R\$ 50 bilhões em um momento que parte da população já conseguiu em parte se reequilibrar", diz ele.

Maurício Oreng, economista-chefe do Rabobank, também avalia que os indicadores devem registrar uma recuperação em junho, embora questione a dimensão da retomada. Para ele, é preciso entender a magnitude da reação, dos efeitos de uma que-dana confiança, da incerteza política e da piora das condições financeiras sobre a atividade no segundo semestre.

"Por ora, ainda estou trabalhando com PIB de 1,6% com viés de baixa. Acho que a situação ainda está um pouco nebulosa", diz Oreng.

Para Fábio Silveira, economista da consultoria Macro-Sector, o varejo teve um desempenho acima

do esperado em maio, a despeito da paralisação. "Acho que o país ainda cresce 1,3% em 2018", afirma.

Mais pessimista, Luís Afonso Lima, economista-chefe da Mapfre Investimentos, reduziu a projeção do PIB de 2018 pela metade, de um crescimento de 2% para uma alta de 1%.

Segundo ele, o protesto dos caminhoneiros foi fundamental para a revisão. Além disso, a escalada da guerra comercial travada pelo presidente americano Donald Trump contra a China pode abalar um dos poucos setores da economia que ainda vão bem: o agronegócio.

"Não vemos motivos para otimismo. O consumo está muito retraído, a confiança das famílias está em queda, o mercado de trabalho não reage e o crédito está muito fraco. Fora que o ajuste fiscal impede qualquer sonho de retomada do investimento público", diz Lima.

Além dos efeitos diretos sobre a atividade econômica, a paralisação deve sair cara aos cofres públicos.

A redução no preço do diesel garantida pelo governo para que os caminhoneiros encerrassem a paralisação de maio custará R\$ 13,5





bilhões aos cofres públicos. E o "custo" da manifestação pode aumentar significativamente se projeto que concede benefícios a transportadoras aprovado na Câmara avançar no Congresso — a previsão é de impacto de R\$ 27 bilhões até 2021.

Em acordo com a categoria, o governo Temer se comprometeu com queda de R\$ 0,46 por litro nas bombas por 60 dias. Para isso, concedeu subsídio de R\$ 0,30 aos produtores e cortou R\$ 0,16 em impostos.

Já o projeto que beneficia transportadoras prevê que possam retirar da base de cálculo de impostos uma parcela dos seus custos operacionais.

As empresas que aderirem a um plano de renovação de frota serão isentas de PIS/Cofins e IPI na compra de caminhões. O valor pago

em pedágios pelas empresas ainda poderia ser abatido do Imposto de Renda. A previsão é que os benefícios tenham um impacto de R\$ 9 bilhões por ano.

Do lado dos caminhoneiros, a principal reivindicação do grupo no início da paralisação, a redução no valor do diesel não chegou a todos os postos, diz Wallace Landim, o Chorão, que liderou manifestações durante a paralisação.

Chorão destaca a aprovação no Congresso da medida provisória que estabelece preços mínimos para o frete, cujo texto segue para sanção presidencial.

A Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) estima que o tabelamento do frete deverá gerar gastos adicionais de R\$ 3,3 bilhões à indústria paulista entre junho e dezembro. (FLJCeAF)

Governo vai à Justiça em favor da Eletrobras

AGU e BNDES recorrem para manter leilão das distribuidoras; setor acredita que certame pode ficar para agosto

Taís Hirata

São Paulo- A Advocacia-Geral da União e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) recorreram nesta sexta-feira (13) ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) em busca de derrubar decisão liminar da 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro que suspendeu o leilão de seis distribuidoras de energia subsidiárias da Eletrobras, informou a AGU.

A decisão suspendeu o leilão de venda das distribuidoras Amazonas Energia, Ceron, Ceai, Boa Vista Energia, Eletro-acre e Cepisa, informou a assessoria de imprensa da AGU.

No recurso, a AGU explica que a autorização já foi dada por diversos dispositivos legais, citando seis leis no pedido para reverter a decisão.

A AGU e o BNDES também ressaltam que o Tribunal de Contas da União (TCU) já reconheceu recentemente a legalidade da realização do leilão, em acórdão deste ano. E que a manutenção das subsidiárias sob controle da Eletrobras colocará em risco a

continuidade do fornecimento de energia elétrica nos Estados onde as empresas atuam — Acre, Alagoas, Amazonas, Piauí, Rondônia e Roraima — e onerará excessivamente os consumidores locais.

Isso ocorre, de acordo com a AGU, por que as subsidiárias dependem de elevados investimentos para continuar operando, recursos que somente poderão vir dos compradores particulares, tendo em vista as restrições financeiras enfrentadas pela União e pela própria Eletrobras

Apesar de o governo federal ter reiterado seu plano de vender as distribuidoras da Eletrobras no dia 26 de julho, analistas e representantes do setor elétrico preveem um adiamento, devido justamente às recentes decisões liminares que têm buscado cancelar o leilão.

A expectativa é que o leilão seja adiado para o fim de agosto. No entanto, não se trataria de uma data-limite. Caso a venda das empresas não se concretize, a única saída seria liquidar as seis distribuidoras da estatal, opção considerada dramática, pois põe em risco a continuidade do serviço e pode transferir à Eletrobras um volume enorme de passivos.

Ou seja, a expectativa é que os esforços para realizar o leilão sejam contínuos - embora as perspectivas fiquem ainda mais difíceis à medida que a eleição se aproxima e que não há pistas sobre qual será o posicionamento do novo presidente sobre o tema.

A decisão da Justiça do Rio que levou à anulação do edital, na quinta, acatou uma ação civil pública movida pela Associação dos Empregados da Eletrobras, que pedia a suspensão do processo licitatório, ao entender que o certame precisaria de aprovação legislativa.

A ação é fruto de uma decisão do ministro do STF Ricardo Lewandowski que proibiu a privatização de estatais sem aval prévio do Congresso.

No entanto, mesmo com o argumento do governo de que há amparo legal para realizar o certame, os analistas estimam que será preciso garantir segurança jurídica aos possíveis compradores e evitar um desgaste político muito forte, segundo avaliação de um representante do setor elétrico. A venda das distribuidoras sofre resistência entre parlamentares até mesmo do partido do governo.

Com Reuters

Análise : Regulador precisa se manifestar para resolver impasse

José Roberto Afonso economista, professor do IDP e do IBRE/FGV

Maurício Aquino, contador e diretor da Praxis Brasil Consultoria

São Paulo- As recentes decisões do judiciário brasileiro em suspender as privatizações concessionárias estaduais de energia elétrica tem um aspecto interessante a ser considerado. E antes de comentarmos este aspecto, os autores esclarecem que são a favor destas privatizações (e de outras), desde que os aspectos legais e de regulação, de equilíbrio entre os entes públicos e de transparência sejam devidamente observados.

Essas empresas se encontram sob o controle da Eletrobras, na sua maior parte desde os anos noventa, quando os estados que as controlavam, transferiram o seu controle para a União, mediante o recebimento de adiantamentos por conta de suas privatizações.

Atualmente, encontram-se com suas concessões em regime temporário, e por decisão de assembleia de acionistas da Eletrobras no final de 2017, as mesmas deveriam ser privatizadas até o final deste mês de julho. Caso

não fossem privatizadas, as mesmas teriam suas atividades encerradas, e a operação do serviço de distribuição de energia seria interrompido, caso o poder concedente não renovasse temporariamente a concessão e fornecesse os devidos recursos para a operação.

É importante lembrar que todas estas empresas, exceção feita à Amazonas Energia, vêm apresentando péssimos serviços aos seus clientes, com grandes interrupções no fornecimento de energia, segundo do ranking do Desempenho Global de Continuidade - DGC, elaborado pela Aneel, a agência reguladora do setor.

Em função da decisão do Supremo Tribunal Federal, a Eletrobras está convocando assembleia extraordinária para decidir sobre a continuidade temporária dos serviços.

Neste imbróglio, chama a atenção o caso particular da Ceaí, que possui créditos a receber da União, remanescentes da entrega do controle acionário da empresa, discussão objeto de demanda judicial.

Esta demanda judicial, movida

pelo estado de Alagoas, prende-se ao fato de que este estado, quando entregou o controle da Ceaí à União (em 1998), que por sua vez transferiu as ações e a administração da empresa para a Eletrobras, recebeu um adiantamento pela venda das ações.

Quando a empresa fosse privatizada, lá em 1998, do valor apurado no leilão seria deduzido o adiantamento e o valor restante transferido ao estado de Alagoas. Como o leilão não teve lances, a empresa não foi privatizada desde então, restando uma dívida da União (via Eletrobras) com o estado de Alagoas.

O mais interessante acontece a partir de 2011, pois, através de uma auditoria do Tribunal de Contas da União, verifica-se que a Eletrobras quitou com a União os valores que esta pagou aos estados que transferiram suas distribuidoras à mesma entre 1996 e 1998. E pagou usando recursos de um fundo setorial administrado por ela própria Eletrobras. Tal fato foi considerado indevido por auditoria do TCU.

Mais ainda, em 2017 a Eletrobras em comunicado ao mercado, menciona que irá recompor ao fundo setorial (RGR) valores que usou





indevidamente, conforme alertado pela agência reguladora.

Ou seja, apresenta-se uma privatização que possui alguns vícios de origem que ainda não foram devidamente sanados, para que o processo cumpra-se dentro dos melhores rigores de governança e transparência.

Neste cenário, entendemos ser determinante a participação efetiva da agência reguladora, usando o seu poder de assegurar o devido cumprimento das normas setoriais, e para que seja assegurada e melhorada a prestação dos serviços nas regiões afetadas por estas distribuidoras.

Esta participação evitará a intervenção nas empresas, fato permitido pela Lei 12.767/2012, que além de permitir ao regulador indicar os administradores, bloqueará bens dos atuais administradores das empresas e da empresa controladora, a Eletrobras.

E é bom lembrar que o regulador já possui experiência em caso semelhante, a intervenção no Grupo Rede, ocorrida em 2012.

Aula de Brasil

Adriana Fernandes

E assustador o silêncio do Palácio do Planalto diante do avanço do bloco suprapartidário da gastança no Congresso Nacional. Nas últimas semanas, enquanto a votação de projetos nefastos para as contas públicas prosseguia sem controle na Câmara e no Senado, não houve nem uma manifestação sequer do presidente ou de auxiliares em repúdio à farra fiscal.

Pelo contrário, o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, saiu a campo para amenizar o problema reforçando o argumento de que não é possível comprar mais briga com a dividida base aliada em ano eleitoral. Na avaliação de Marun, as derrotas fiscais não seriam "traumáticas".

O próprio Planalto, aliás, abriu caminho para a retirada em plenário de dispositivo na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019 que impedia novos reajustes para servidores no ano que vem. Uma trava importante para barrar aumentos a 1,27 milhão de servidores ativos, inativos e pensionistas do Executivo, a um custo adicional de R\$ 17,5 bilhões.

O Palácio do Planalto e lideranças do governo autorizaram a retirada dessa barreira contra o gasto, como fizeram com tantos outros projetos em tramitação ou já

aprovados que golpeiam o ajuste fiscal.

Não se trata, nesse caso, de adiar o reajuste já concedido a várias categorias, como foi proposto sem sucesso pela equipe econômica no ano passado. Mas de conter a onda de pressão por novos aumentos das carreiras que não aceitaram, no passado, uma negociação mais longa, de quatro anos de vigência. Depois que a inflação caiu, esses servidores partiram para buscar as mesmas condições das categorias que fecharam antes o acordo.

As negociações para a retirada da proibição aos reajustes foram uma aula de Brasil, com servidores ameaçando os parlamentares com campanha contrária nas eleições de outubro e com apoio do Supremo Tribunal Federal (STF), que se diz ciente da grave crise econômica, mas quer ter liberdade para reajustar os seus salários.

No vácuo de Poder, o quadro de votações ficou tão descontrolado que está difícil acompanhar os projetos. A toda hora aparece uma "novidade", como ocorreu com proposta que passou no Senado e aumentou o piso salarial dos agentes comunitários de saúde. Sem impacto ainda conhecido.

A correria parlamentar atual para

aprovar os projetos é proporcional à proximidade das eleições. Depois do resultado das urnas, não importa quem ganhe as eleições, não haverá mais espaço para a farra fiscal.

O discurso passará a ser o da necessidade de medidas duras para garantir o equilíbrio das contas públicas, de cortes de gastos, aumento de impostos, responsabilidade fiscal... Isso vale também para os Estados, onde o quadro fiscal é ainda mais grave do que o da União. O jogo será outro.

A hora é agora para conseguir aprovar as demandas encalhadas há anos e as novas também. Após o recesso de julho, calcula-se que haverá mais três semanas de votações. A equipe econômica defende que nesse período não se vote mais nenhum projeto que tenha impacto negativo nas contas públicas. A ideia é que eles fiquem para depois.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, já deu sinais de que não vai seguir os apelos. Ele mesmo tratou de dizer que não há "nenhum exagero" dos parlamentares na pauta de votações.

No entanto, não é desprezível a chance de os integrantes do bloco da gastança - que não tem cor partidária - perderem votos nas





eleições por conta do apoio à farra fiscal.

É crescente a rejeição da população aos projetos que estão avançando. Tem muito mais gente atenta agora do que há quatro anos, quando Dilma Rousseff foi eleita e a crise fiscal não foi assunto de debate dos candidatos. Levantamento do Estadão/Broadcast mostrou que o custo dos projetos em tramitação pode chegar a R\$ 100 bilhões. A repercussão foi a mais negativa possível para o Congresso.

Tem muito deputado e senador que pode se arrepender no futuro de ter colocado seu "carimbo" no voto desses projetos.

É JORNALISTA
DO BROADCAST